

Um plano coerente. E recessivo, diz o professor.

É preciso acreditar no congelamento, mas, para que ele funcione, deve ser flexível, afirmou ontem em São Paulo o professor da FEA-USP Joaquim Elói Cirne de Toledo, que justificou, com ressalvas, o Plano Bresser, afirmando que a política econômica "pode dar certo". Toledo foi um dos conferencistas do seminário promovido ontem na USP pela Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, ao lado de José Carlos Graça Wagner, do Instituto dos Advogados de São Paulo e do professor da FGV-SP e FEA, Yuichi Tsukamoto. Wagner condenou a falta de legitimidade do sistema normativo brasileiro - em que se legisla por portarias e resoluções que chegam a ferir a Constituição. E Tsukamoto descreveu o caminho que o Brasil deve percorrer para internacionalizar-se, analisando as zonas de processamento para exportação (Vitória, Fortaleza, Recife, São Luís e Manaus) anunciamos pelo governo.

O Plano Bresser é economicamente coerente, disse Toledo, porém tende a agravar a recessão a curto prazo. Essa recessão, observou, dependerá da evolução do salário real, que sofrerá prejuízo, em suas contas, se a inflação superar 3% ao mês.

Recomendando que as empresas modifiquem suas expectativas de lucro, que julga "excessivas", e observando que os salários reais estão em níveis baixos, o economista acredita que o governo tem condições de financiar um déficit público de até 5% do

PIB — que considera compatível com o quadro recessivo. Na média de 1987, contudo, assinalou, essa recessão não será visível. Toledo defendeu a indexação, uma política monetária mais "ortodoxa" para desestimular a formação de estoques e movimentos especulativos com ações, ouro e moedas. E registrou sua análise de que há uma defasagem cambial da ordem de 15%.

Prevendo que a inflação após o congelamento poderá ficar entre 8 e 10% ao mês, para depois recuar até os 5%, criticou a falta de um pacto social, a ausência de apoio político e de credibilidade para conseguir uma inflação baixa.

Positivismo

Para Graça Wagner, a política brasileira continua dominada pelo positivismo, frisando que o Estado de Direito é sempre atropelado por questões técnicas, de tal forma que se deixa de discutir o mérito e "pode-se ter uma economia fora da lei". Delas são evidências a "enxurrada de portarias, que só vinculam os subordinados", e as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional.

Confúcio tinha razão, disse Wagner, para explicar que mais vale a credibilidade de um governo do que o poder das Forças Armadas e os armazéns abastecidos. "O Irã provou isso", lembrou o advogado, afirmando que tanto o Plano Cruzado quanto o Plano Bresser promovem a desorganização da produção, ferindo direitos. Disse ainda que

vel, abrindo espaço para ajustes), é para as aplicações atreladas à LBC, que terão a garantia de juros reais. E o caso do CDB pós-fixado ("o prefixado é uma incógnita, um exercício de especulação"), os fundos de renda fixa e os fundos ao portador.

Ele não descarta as ações como um investimento de horizonte mais longo, "não tanto pelo resultado das empresas, que também terão de passar por um ajuste, mas pela relação preço/lucro".

O presidente da BM&F (Bolsa Mercantil & de Futuros), Luís Masagão Ribeiro, argumenta que, apesar de a manutenção de juros reais, a curto prazo, prejudicar as Bolsas, a longo prazo, ao garantir o crescimento do País, evitando a recessão e o descontrole, poderá se mostrar até favorável.

Marcos Souza Barros, diretor da Corretora Souza Barros, acha que o governo, ao optar pela queda diária da LBC, estará evitando um esvaziamento das aplicações em

renda fixa, do over e da poupança, o que julga aconselhável, devido ao menor impacto que terá sobre o mercado financeiro.

No atual momento recessivo, comentou, uma alta pronunciada das Bolsas, provocada pela queda dos juros, seria artificial e especulativa, na medida em que demonstraria apenas uma falta de alternativas de investimento.

Riscos

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, não está muito preocupado com o efeito dos juros sobre o movimento das Bolsas, que a seu ver serão muito mais prejudicados por um agravamento da recessão. Sua reclamação é para o fato de o governo, ao determinar a taxa de 18% para a LBC em junho, para uma inflação estimada em 28%, ter tirado 10% dos investidores que, segundo ele, não são as instituições financeiras, mas os aplicadores do over pessoa física.

a aprovação do instituto da estabilidade no emprego pela Constituinte levará à estatização plena do País, ainda que o capítulo sobre a ordem econômica diga o contrário, por retirar do empresário a possibilidade de defender seu patrimônio. Acrescentou que "os 21 anos de autoritarismo excluíram o meio de campo: no fracasso do Plano Bresser, esperamos antes caminhar para as diretas do que para o autoritarismo".

O pronunciamento mais otimista foi o do professor Tsukamoto. Ele sugeriu que as empresas centrem seu planejamento nas vantagens logísticas e tecnológicas, na competência gerencial interna e na produtividade. Afirmando que a economia brasileira é dominada por cartas, propôs que o País busque internacionalizar-se com eficiência a partir das zonas de exportação. Para elas, recomendou ênfase às empresas privadas de médio porte além de cinco princípios essenciais: 1 — despolitização; 2 — desregulamentação; 3 — desestatização; 4 — desligoprolização; 5 — descartorialização. "As zonas de exportação não devem ter subsídio nem incentivos. Nem as empresas sujeitas a emissões de licença e sequer a intermediação bancária. Não cabem cartas-consulta, apresentação de projetos, exigências de nacionalização, autorização oficial." Sem isso, o Brasil não obterá recursos internacionais, como os dos japoneses, concluiu.

Fábio Pahim Jr.

Como disse, o governo concentrou em mãos a poupança do País, através das caderetas de poupança e da LBC, e agora, simplesmente "tira 10% dos aplicadores". Essa atitude compromete a credibilidade das aplicações em renda fixa, que dessa forma passam a ter os mesmos riscos do mercado acionário.

Uma nova empresa para comercializar informações

A Sid-Informática (do Grupo Sharp) e o Citibank criaram juntos, ontem, uma nova empresa, fruto de um investimento inicial de Cz\$ 100 milhões.

O nome provisório é "Informação e Tecnologia" que começará, a partir de janeiro de 1988, a comercializar informações (especialmente financeiras) nacionais e internacionais, disputando um mercado de US\$ 10



Da esquerda para a direita, o advogado Graça Wagner e os professores Yuichi Tsukamoto e Elói Cirne de Toledo.